

# O quadro docente da Universidade Federal de Sergipe: ampliação, distribuição e área de concentração dos novos professores da UFS (2008 – 2013)

Silvana Aparecida Bretas\*

Teaching Staff of the Federal University of Sergipe: expansion, distribution and new professors' area of concentration (2008 - 2013).

## Resumo

Com a publicação do Decreto nº 6096, de 24 de maio de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, a ampliação do quadro docente fora bastante expressiva. A Universidade Federal de Sergipe – UFS, ampliou seu contingente docente e se transformou, em menos de uma década, na maior e única Universidade pública do estado de Sergipe. Considerando as análises das políticas públicas que tematizam o tema REUNI, o objetivo do artigo é demonstrar a ampliação do quadro docente da UFS bem como, mapear os campi, as áreas do conhecimento, a locação departamental e a titulação dos novos docentes. Para isso, levantei as homologações dos concursos realizados entre os anos de 2008 a 2013. A intenção é possibilitar novos questionamentos científicos a partir da constelação docente bastante recente da UFS.

**Palavras-chave:** Política de Educação Superior; REUNI; Quadro docente.

## Abstract

With the publication of the Decree n. 6096, on May 24th in 2007, which institutes the Program of Support to Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (REUNI), the expansion of the teaching staff was fairly significant. The Federal University of Sergipe (UFS) expanded its teaching staff and became, within less than a decade, the only and the greatest public university in Sergipe state. Taking the analysis of public policies concerning REUNI into consideration, this paper aims to demonstrate the expansion of the University's teaching staff as well as to map the campi, the areas of knowledge, department location and new professors' academic degrees. To that end, I collected the approvals of public tenders released between 2008 and 2013. Our purpose is to enable new scientific questions from the new teaching staff at UFS.

**Keywords:** Higher education policy; REUNI; teaching staff.

\* Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1990), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1995) e doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). É Professora Dra. Associada da Universidade Federal de Sergipe - UFS.



Deus é um cara gozador, adora brincadeira  
 Pois pra me jogar no mundo, tinha o mundo inteiro  
 Mas achou muito engraçado me botar cabreiro  
 Na barriga da miséria, eu nasci batuqueiro brasileiro

(Chico Buarque, 1972<sup>1</sup>)

Na memorável obra de Max Weber<sup>2</sup>, *Política e Ciência. Duas vocações*, o leitor se depara, já de início do texto, com detalhada análise comparativa sobre a condição e a situação do jovem formado que decide se dedicar à ciência dentro das universidades alemãs e das norte-americanas. Esta obra é resultado de um conjunto de conferências que Weber proferiu nos EUA, em 1920, quando fez sua última viagem a esse país. Seu texto tem a rara precisão da fisgada de um anzol e da profundidade de um submarino, próprio de intelectual que não só demonstra propriedade científica de seu campo de conhecimento (Economia, Sociologia, Filosofia), como erudição no campo das humanidades.

Não é por acaso que ele estabelece a comparação entre o *Privatdonzet*, jovem alemão que se dedica à formação científica na universidade alemã, e o *Assistant*, jovem americano que segue a mesma vocação na universidade de seu país. Conforme o consenso já estabelecido entre os historiadores da ciência que demarcam os períodos de prosperidade científica tomando-se o critério a hegemonia do saber, o período de 1810 a 1920, fora do domínio da Alemanha, onde surgiu um modelo de universidade que se propagou pelo mundo. Logo após, vigoraria a hegemonia norte-americana, acompanhada de sua indisfarçável proeminência política e econômica, em termos mundiais<sup>3</sup>. Portanto, Weber<sup>4</sup> capta perfeitamente o momento de transição da hegemonia científica de um país para o outro a partir dessa comparação, do mesmo modo que analisa como o capitalismo avançado norte-americano opera profundas mudanças no modo de se formar e de ser um cientista no mundo entre as Guerras Mundiais.

Para o sociólogo alemão, o *Privatdonzet*, ao ser admitido pelo titular de uma dada especialidade, deverá contar com seus próprios recursos para se dedicar anos a fio à sua qualificação apresentando um trabalho original. O exercício da docência é secundário em sua formação sobrando, assim, maior tempo e liberdade para o trabalho científico. Já o *Assistant*,

1 BUARQUE, Chico; *Chico Buarque Ao Vivo*. Le Zenith, Paris, 1989.

2 WEBER, M. *Ciência e política. Duas vocações*. 9 ed. Tradução: Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993.

3 BAIARDI, A. *Sociedade e Estado no apoio à Ciência e à tecnologia*. Uma análise histórica. São Paulo: Hucitec, 1995.

4 Weber, 1993, p. 93.



tão logo é admitido, recebe um salário para o qual deve retribuir com sala de aula cheia e disputada pelos estudantes, caso contrário, pode até ser destituído. É justamente nos anos iniciais de sua formação que está assoberbado pelo trabalho docente, são as autoridades da especialidade que define o programa que o jovem *assistant* deve realizar em sala de aula e, de modo geral, são responsáveis por tratar os temas mais periféricos e deixar os mais destacados aos titulares. Assim, Weber<sup>5</sup> conclui que a universidade para acolher novos ramos da ciência, está a processar segundos padrões americanos. Em suas palavras:

As empresas do “capitalismo de Estado” não podem realizar sua tarefa sem meios de grande envergadura e por isso se verifica nelas a mesma situação que em todos os sítios em que intervém a empresa capitalista: a separação do trabalhador e os meios de produção. O trabalhador, neste caso o *assistant*, está vinculado aos meios de trabalho que o Estado põe à sua disposição [...] A situação é frequentemente tão precária como qualquer outra existência proletária.

Seguindo a trilha deixada por Weber, vale refletir sobre as transformações operadas nas universidades alemãs e norte-americanas e, consequentemente, dessas últimas para a estrutura institucional da educação superior brasileira. Assim, também para seus jovens formados que decidiram dedicar-se à Ciência na universidade dos trópicos. Aqui, para lançar mão das artimanhas do humor justifico a epígrafe onde Deus, como um cara gozador, tinha o mundo todo para jogar este jovem, mas, para deixá-lo cabreiro, resolve jogá-lo no Brasil e, não bastando, o encaminha para a profissão de cientista na universidade tardia<sup>6</sup>. Como já sabido, escreve sua história em constantes crises e a partir de modelos de universidades transportados de outros países mais desenvolvidos e acomodados aos arranjos sociais locais os quais, de modo geral, precários em recursos humanos, em estrutura física e, especialmente, no estatuto científico que deveria lhe conferir a função social de instituição produtora e divulgadora de conhecimento<sup>7</sup>. O modo pelo qual o jovem cientista brasileiro constitui sua carreira e passa a se dedicar a pesquisa, constitui ainda um campo inexplorado da investigação educacional.

Por isso e a partir dessa reflexão inicial, o objetivo desse artigo é demonstrar a ampliação do quadro docente da Universidade Federal de Ser-

5 Idem; *Ibidem*

6 CUNHA, L. A. *A universidade temporã – o ensino superior da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

7 BRETAS, S.A. *A rede municipal de ensino superior do Estado de São Paulo: novas questões sobre velhos problemas*. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/CAr – Campus de Araraquara. 2005.

\_\_\_\_\_. *A criação da Universidade Federal de Sergipe. História, política e formação da comunidade acadêmica (1950 – 1970)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

gipe a partir da publicação do Decreto nº 6096 de 24 de maio de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI<sup>8</sup>. Como se sabe, foi a fase de maior crescimento de recursos humanos experimentada por essa Instituição desde sua origem<sup>9</sup> e, exatamente por isso, pretendo mapear as áreas do conhecimento que receberam os novos professores, sua locação departamental e sua titulação. Para tal empreitada, levantei as homologações dos concursos realizados pela Universidade Federal de Sergipe, nos anos de 2008 a 2013 publicados no Diário Oficial da União<sup>10</sup>, a fim de dimensionar a ampliação do quadro docente que se estabeleceu nesse período.

Minha pretensão nesse artigo é de trazer alguns questionamentos que possam apontar novas possibilidades de pesquisa sobre a Universidade Federal de Sergipe no que diz respeito à sua comunidade científica. No ano em que a UFS completa 50 anos de existência e, como está declarado nas intenções da atual Reitoria<sup>11</sup>, deseja inseri-la fortemente na sociedade e cultura sergipanas e, por isso, é preciso conhecer mais suas recentes transformações para, assim, ativar seus recursos humanos e físicos e se colocar como uma instituição social produtora e divulgadora de conhecimento a partir de seus estudantes, funcionários e professores.

### *Da universidade alemã para a universidade norte-americana e desta para a brasileira. A legitimidade ou não do modelo?*

Conforme o raciocínio desenvolvido logo no início desse artigo, o modo pelo qual o jovem alemão e o jovem americano se inserem na vida profissional da ciência tem relação direta com o *modus operandi* da produção do conhecimento científico e da correspondente estrutura de educação superior. É o modo pelo qual se consolida sua institucionalidade e estabelece o status e manutenção científica de acordo com a atmosfera acadêmica das universidades, no contexto das políticas para a ciência e

8 BRASIL. *Decreto nº 6096*, de 24 de maio de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acessado em 13 de janeiro de 2018.

9 Conforme Araújo (2008, p. 20), há um consenso entre os historiadores da UFS que se define três períodos para descrever a sua história: sua origem como universidade (1968); a criação do campus universitário na cidade de São Cristóvão (1970) e a fase de expansão e interiorização a partir de 2007, consagrado pelo REUNI. Cf. ARAÚJO, G. S. *Universidade Federal de Sergipe sob o signo da Reforma Universitária (1968)*. Monografia apresentada ao Departamento de História. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

10 Disponível em: <http://progep.ufs.br/pagina/20219> Acessado entre os dias 12 de nov. de 2017 a 15 de jan. de 2018

11 Atual Reitor Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli e Vice-Reitora: Profa. Dra. Iara Maria Campele Lima (2017-2021).



educação de seus respectivos países. Sendo assim, é importante, mesmo que brevemente, analisar as transformações as quais me refiro mais acima e, posteriormente, analisar as decorrências operadas na formação jurídica e institucional da educação superior brasileira. Devido ao espaço reservado ao artigo, não será possível fazer tal análise de maneira exaustiva, apenas sínteses mais apropriadas para dar sustentação ao que mais me interessa que é a ampliação do quadro docente da UFS a partir da publicação do REUNI.

Para isso, retomo parte de meu estudo doutoral quando desenvolvi um capítulo para me aprofundar nas transformações das universidades norte-americanas e sua influência política e educacional na organização institucional da educação superior brasileira através da Reforma Universitária de 1968<sup>12</sup>. Não por acaso, a obra de Weber fora considerada como ponto de partida da referida análise, pois nela há um trecho significativo sobre o que se pode entender por domínio do processo de racionalização e intelecto liderado pela sociedade norte-americana, que muito dimensiona a nova concepção de Ciência e de mundo. Pela agudeza da análise, vale atentar para suas palavras:

Tal como se dá com outros setores de nossa vida, a universidade alemã se americaniza, sob importantes aspectos. Estou convencido de que essa evolução chegará mesmo a atingir as disciplinas em que o trabalhador é proprietário pessoal de seus meios de trabalho (essencialmente, de sua biblioteca). No momento, o trabalhador de minha especialidade continua a ser, em larga medida, seu próprio patrão, à semelhança do artesão de outrora, no quadro de seu mister próprio. A evolução se processa, contudo, a grandes passos<sup>13</sup>.

A universidade que serviu de modelo para o mundo, no final do século XIX e início do século XX, fora transformada gradativamente pela condução e pela realização da prática científica. O discurso mudou do saber geral e unificado para o saber especializado por área de conhecimento e o cientista se sobrepôs ao professor universitário com uma qualificação compatível com as exigências do mercado. Desaparece, também, a livre decisão para pesquisar o que se quer ou o que é relevante: em seu lugar, surge a figura do “projeto de pesquisa” submetido à burocracia estatal, de centros de pesquisa e de órgãos de fomento. A divulgação científica através de livros e revistas, além de estímulo, definiu-se como sinal de magnificação do cientista e de sua universidade. Aliados a esses aspectos, juntaram-se, aos institutos de pesquisa e às universidades, outros setores voltados à produção do conhecimento, o que redimensionou a imediata

12 BRETAS, 2005, p. 61-96.

13 Weber, 1993, p. 20



aplicação dos descobrimentos científicos ao mercado. Não é difícil entender por que a Ciência se aproximou do mundo político-econômico e, também, por ele passou a ser determinada.

Outro importante aspecto desenvolvido no estudo e que nos exige a reproduzi-lo aqui, diz respeito às inéditas formas institucionais não encontradas, naquele período, nas universidades europeias<sup>14</sup>. Assim, descrevo que...

Já no século XIX os Estados Unidos sustentavam um complexo e hierarquizado sistema de IES, assim, foram criadas as academias denominadas bens de raiz, cuja função era ensinar aos estudantes da classe trabalhadora, os aspectos científicos de suas profissões. As universidades foram tributárias do modelo alemão que integram a pesquisa ao ensino, mas com uma visão pragmática para a formação profissional. Finalmente, paralelos a essas instâncias de formação, seriam os *colleges* universitários, as academias militares e os institutos técnicos, no caso, cursos de graduação fragmentados em bacharelados e licenciaturas. Segundo Brown e Mayhen (1967, p. 29), a gestão dessas instituições teve, desde início, um caráter privado, devendo as pesquisas nelas desenvolvidas contribuir financeiramente para seus patrimônios e manutenção. Todo esse complexo e diversificado sistema institucional dividiu-se entre instituições que prestigia a pesquisa como atividade precípua e outra ampla maioria de IES, apenas dedicadas ao ensino.

Assim, continuando o aprofundamento sobre as formas e estrutura da educação superior norte-americana, concluo da seguinte maneira:

Para Ghisolfi<sup>15</sup>, ao findar o século XIX, os Estados Unidos havia construído um dos sistemas de ensino superior mais bem sucedido entre os países desenvolvidos e caracterizado por sua diversificação, hierarquização e de função multifacetada. Tudo isso não seria possível sem a atuação do Estado que desenvolveu uma política pública convicta que a educação superior seria um instrumento fundamental para o projeto nacional americano.

Essa análise é de muita importância para o presente artigo, pois o que vamos conhecer no Brasil, especialmente, após a Reforma da Educação Superior de 1968<sup>16</sup> é, também, a diversificação e hierarquização institu-

14 BRETAS, 2005, p. 76

15 GHISOLFI, J. C. *Políticas de educação superior norte-americanas*. Faça o que digo, mas não faça o que faço? São Paulo: Cortez, 2005, p. 48

16 BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº. 5.540 de 28 de novembro de 1968*. Fixa as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e a sua articulação com o ensino médio e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União. Brasília, 29/11/1968.



cional tal como os EUA, no entanto, sem a forte presença do Estado com a aposta que fizeram os americanos em sua educação superior. Aqui se optou pela via da privatização para ampliar as vagas para a juventude e pela hierarquização institucional, mas não só entre universidades, centros universitários, faculdades isoladas e institutos de pesquisa. Como também entre as próprias universidades públicas se consolidou tal hierarquia, na medida em que se investiu em ensino e pesquisa nos chamados centros de excelências e, apenas em ensino desvinculado da pesquisa nas universidades que se distanciavam da política de investimentos públicos estatais. Tanto na pesquisa que realizei sobre as Faculdades Municipais de São Paulo<sup>17</sup>, quanto na pesquisa sobre a criação da Universidade Federal de Sergipe<sup>18</sup>, observo a existência de IES centrais, cujo núcleo formador é o ensino e a pesquisa, quanto uma variação de IES cuja centralidade é apenas no ensino.

No caso mais específico da UFS é possível indicar aspectos históricos que marcam sua origem: 1) Nasce a partir de um modelo legal e acadêmico único de universidade que congrega diferentes faculdades sob a égide de uma reitoria; 2) A produção de conhecimento entre as faculdades congregadas se mostrou fragmentada de acordo com a exigência tecnológica exigida pelo mercado produtivo dos anos de 1960 em Sergipe; 3) Sua organização interna acomodou os professores e funcionários das antigas IES na condição de servidores públicos federais sem exigência de titulação.

Ou seja, inicialmente a realidade que regia o espírito da UFS estava assentada no ensino, devido sua forma de organização acadêmica e pelo próprio quadro docente disponível na época, mas a obrigatoriedade de produção de conhecimento era requisito indispensável à instituição universitária. Neste sentido, o modelo que serviu de referência não fora condizente com as condições concretas de sua existência, mas, por outro lado, seus administradores, corpo docente, discentes e de funcionários não conseguiram elaborar um perfil que lhe conferisse singularidade de sua própria constituição, até porque os modelos importados nem sempre foram questionados, apenas seguidos e acomodados de acordo com os precários arranjos locais.

Dado essa breve descrição sócio histórica das transformações operadas nas IES do país, especialmente da UFS, aqui em destaque, preciso problematizar mais um fato a respeito do crescimento desordenado entre as IES nacionais, especialmente, das Federais.

17 BRETAS, 2005; BRETAS, 2014.

18 Ambas as pesquisas levaram 4 anos para serem realizadas e foram fruto de ampla investigação documental nos respectivos arquivos de órgão públicos e privados dos estados de São Paulo e de Sergipe.



## *Os desafios para a expansão dos setores das universidades federais brasileiras*

As universidades federais formam o único sistema público regido pela União que abrange todo o território nacional do sistema da educação superior. Em 2005, segundo Amaral<sup>19</sup>, correspondia ao menor número de vagas e de função docente entre as IES públicas e privadas devido aos parcos investimentos que sucessivos governos federais dispensavam ao seu desenvolvimento. Na análise do financiamento da educação, conforme o referido autor, o setor privado que havia expandido exponencialmente nas últimas 4 (quatro) décadas, também apresentava seu limite de crescimento, pois a massa salarial do conjunto da população que podia arcar com as mensalidades já estava absorvida nas vagas oferecidas por este setor.

Na perspectiva de análise das políticas públicas de financiamento da educação superior e da presença do “quase mercado” educacional, o professor Nelson Amaral lança o desafio ao governo petista que estava assumindo o rumo da política econômica e social no Brasil, em apostar firmemente no setor das federais para fortalecer o caráter público da educação, democratizar esse nível de ensino ampliando as vagas e, conseqüentemente, ampliando seus quadros de funcionários e de professores, oferecendo infraestrutura para suas respectivas atuações. Esse era o desafio colocado ao governo Lula e que, dois anos mais tarde, fora respondido com o estabelecimento do REUNI<sup>20</sup>.

Conforme salienta Lima<sup>21</sup>, é uma política que “encontra-se inserida em um processo mais amplo de reordenamento do estado capitalista, considerado como a principal estratégia da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital”. Antecedeu ao REUNI, o Programa de Universidade para Todos (ProUNI) – Lei nº. 11.096/2005, que trata da ampliação de isenção fiscal para as IES privadas<sup>22</sup>; Lei nº 10861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Su-

19 AMARAL, N. C. O Financiamento Da Educação Pública Brasileira: A Presença Do “Quase-Mercado” Educacional. Minicurso apresentado na 25ª Reunião Nacional da ANPED. Caxambu – MG, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002. Disponível em: <http://25reuniao.anped.org.br/minicursos25.htm#gtf11>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.

20 BRASIL, 2017.

21 LIMA, K. R. de S. Capitalismo dependente e “Reforma Universitária Consentida”: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In LIMA, K. R. de S.; CÊA, G. S. dos S.; MELO, A. A. S. (orgs.) *Educação Superior: uma reforma em processo*. São Paulo: Xamã, 2006, p. 35.

22 BRASIL. *LEI No 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília. Ministério da Educação, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm). Acessado em 10 de janeiro de 2018.



perior (SINAES)<sup>23</sup>; Decreto nº 5205/2004, que regulamenta as parcerias entre universidades federais e fundações de apoio visando à captação de recursos privados para o financiamento de suas atividades<sup>24</sup>; Medida Provisória nº 208, de 20 de agosto de 2004<sup>25</sup>, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), mantendo a lógica da produtividade e, finalmente, a Lei nº 11079/2004, que institui o projeto de Parceria Público e Privado<sup>26</sup>.

Esse conjunto de legislação forma o projeto de reformulação da educação superior do governo Lula e que, apesar de ter efetivado a ampliação do setor das federais, permitiu o avanço do setor privado no próprio setor público.

Grande parte dos professores, que hoje compõem o quadro docente da UFS, é testemunha ocular desse recente ordenamento jurídico-acadêmico responsável por sua ampliação. As trajetórias acadêmicas dos recentes professores são das mais variadas ordens, as quais não serão tratadas aqui, mas há um fato muito significativo nesse verdadeiro processo de migração de trabalhadores altamente qualificados, que representam os docentes da UFS e demais universidades federais do país. Refiro-me a demissão de mais de 900 doutores pela IES privadas no estado de São Paulo no ano de 2004. Considerando a exigência quase 10 anos de educação superior para a formação de um doutor em qualquer que seja a área do conhecimento, era de se esperar que tais doutores se espalhassem para os estados com maior dificuldade de

- 23 \_\_\_\_\_. *Lei nº 10861/2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, e dá outras providências. Brasília. Ministério da Educação, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acessado em 10 de janeiro de 2018.
- 24 \_\_\_\_\_. *DECRETO Nº 5.205 DE 14 DE SETEMBRO DE 2004*. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Brasília. Ministério da Educação, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acessado em 10 de janeiro de 2018.
- 25 \_\_\_\_\_. *Medida Provisória nº 208*, de 20 de agosto de 2004. Altera dispositivos da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, que institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2004/medidaprovisoria-208-20-agosto-2004-533723-norma-pe.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.
- 26 \_\_\_\_\_. *Lei nº 11079/2004*. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública Brasília. Casa Civil, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/11079.htm). Acessado em 10 de janeiro de 2018.

qualificação por titulação e que oferecessem a oportunidade de vaga em suas universidades públicas<sup>27</sup>.

Portanto, o cenário nacional estava assim perfilado, uma política de governo de investimentos para as universidades federais e uma grande parte de doutores desempregados, jovens e ávidos para construir suas carreiras. Os dados a seguir são relativos à quantidade da referida ampliação docente, suas áreas de conhecimento, local onde foram alocadas e titulação exigida, no intuito de esboçar algumas perspectivas para novas possibilidades de pesquisa, sobre a comunidade acadêmica responsável pela produção e divulgação do conhecimento.

### *A ampliação do quadro docente da UFS a partir das homologações dos Editais para provimento de cargos do magistério efetivo de educação superior (2008 a 2013)*

Abaixo passo a demonstrar as homologações dos editais pesquisadas no banco de dados do site da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas – PRO-GEP<sup>28</sup>, onde foram consultadas as publicações das homologações de 56 editais entre os anos de 2008 a 2013 em Diário Oficial da União. Computei 513 homologações totais. Dessas, 21 para cargo de Auxiliar I (exigência título de Especialista); 225 para cargo de Assistente I (exigência título de Mestre), e 267 cargos de Adjunto I (exigência título de Doutor).

Em 2008, foram homologados os resultados dos Editais nº. 99, 103, 105, 109, 115, 117, 120, sendo aprovados 22 Assistentes, nível I, distribuído nas áreas de Turismo, Medicina, Ciências Contábeis, Administração 04 homologações para cada, Biologia 2, Educação Física, Engenharia Civil, Educação e Psicologia 01 para cada.

Para a titulação de doutor foram homologados 22 adjuntos, para as áreas Psicologia 03; Medicina, Ciências Sociais, Geologia, Filosofia, Biologia e História 02 homologações; Odontologia, Economia, Engenharia da Produção, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Sistema de Informação e Química 01 homologação para cada. De todas essas, duas foram para o Campus de Itabaiana e as demais (30) para o de São Cristóvão.

27 Em matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, de 04 de julho de 2004, Bruno Lima apresenta dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Segundo ele, em 2003, foram formados 8.094 doutores, dos quais, nem 10% do total são absorvidos pelas empresas brasileiras. Em outra edição do mesmo jornal, de 14 de dezembro de 2003, Marcelo Leite aponta para a ausência de postos de trabalho para doutores. Assim diz ele: “No fundo o que o país não tem – não tinha com FHC e continua não tendo com Lula – é um projeto de desenvolvimento para gente que anda de ônibus e não de carros estrangeiros. blindados. Transformou-se em uma máquina financeira de moer talentos e triturar biografias, produzir ignorância e desperdiçar conhecimento”.

28 Disponível em: <http://progep.ufs.br/pagina/20219>. Acessado entre os dias 12 de nov. de 2017 a 15 de jan. de 2018.



As homologações em 2009 se intensificaram em comparação ao ano anterior. Foram homologados os resultados dos Editais de N<sup>o</sup>. 001, 002, 004, 005, 007, 008, 009, 013, 014, 017, 018, 023, 029, 032, 038, 041 e 120, observando a homologação de 2 Auxiliares (titulação especialista), 75 Assistentes e 49 Adjuntos. Vale destacar que a abertura de vaga para o título de auxiliar exige a comprovação de que não houve candidatos com títulos mais altos em editais anteriores e, ainda, um estudo do departamento que está pleiteando a vaga apresentando as justificativas para tal.

As áreas que mais obtiveram homologações para cargo de Assistente I nos referidos editais foram: Matemática 10; Medicina e Educação Física 09, sendo 1 Auxiliar em ambas as áreas; Ciências Contábeis 05; Comunicação Social 04; Administração, Geografia, Música, Serviço Social e Letras 03; Biologia, Dança, Educação, Engenharia de Produção 02; Farmácia, Teatro, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Odontologia, Museologia, Ciência da Informação, Computação, Nutrição, Química, Fisioterapia, Artes Visuais, Design, Fisioterapia, Arquitetura e Urbanismo e Secretaria Executivo com 1 homologação cada.

Nas homologações para cargo de Adjunto I foram contabilizados os seguintes resultados: Educação e Engenharia Química 05 homologações para cada; Administração, Filosofia, Letras, Química, Biologia e Ciências Sociais 03; Odontologia, Computação, Engenharia de Alimentos, Fisioterapia, Física e Engenharia Elétrica 02; Medicina, Geologia, Letras Estrangeiras, Geografia, História, Biologia, Direito, Engenharia Civil e Engenharia Agrônoma com 01 homologação para cada.

Já no ano de 2010 foram catalogados os seguintes Editais para provimento de professor efetivo do magistério da Educação Superior: os de N<sup>o</sup>. 010, 014, 015, 016, 019, 020, 023, 024 e 026, sendo que em 02 deles (Editais N<sup>o</sup> 10 e 19/2010) foram apenas homologados para cargos para Assistente, nível I. Fora observada a homologação de 21 Assistentes I para as seguintes áreas: Nutrição, Matemática, Música, Sistema de Informação com 02 homologações; Artes Visuais e Design, Estatística e Ciências Atuariais, Teatro, Medicina, Fonoaudiologia, Física, Educação, Química, Museologia, Serviço Social, Engenharia de Produção, Biociência e Ciência da Computação com apenas 01 homologação para cada área.

Para Adjunto nível I foram 40 homologações distribuídas da seguinte forma: Computação e Química 04; Educação 03; Química, Fisiologia, Engenharia Elétrica, Filosofia, Geografia e Física 02; Biologia, Relações Internacionais, História, Engenharia de Materiais, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Música, Direito, Arqueologia, Morfologia, Engenharia Química, Fisioterapia, Engenharia Ambiental, Letras, Administração, Medicina, Geologia com 01 homologação para cada Departamento.



No ano seguinte, 2011, foram homologados 21 cargos para Assistente, nível I e 12 para Adjunto nível I nos Editais de Nº. 003, 012, 019, 035. Para homologação de professor efetivo para Assistente I foram contabilizadas 21 publicações em Diário Oficial da União com a seguinte distribuição: Letras Estrangeiras 03; Educação em Saúde, Medicina, Engenharia Civil e Estatística e Ciências Atuariais 02 para cada; Direito, Economia, Administração, Enfermagem, Fisioterapia, Computação, Engenharia Elétrica, Química, Comunicação Social, Museologia homologaram 01 Assistente I para cada Departamento.

E para a homologação de cargos para Adjuntos I efetivos, foram sistematizadas 12 aprovações com a seguinte distribuição: Química, Física, Engenharia da Pesca, Biociência, Odontologia, Medicina, Educação em Saúde, Engenharia Química, Engenharia Elétrica, Letras, Biologia e Filosofia com 01 vaga para cada.

No conjunto de homologações do ano de 2012 foram publicadas as referidas nos Editais de Nº. 001, 011, 013, 015, 019, 030, 031, 033 e 034/2012. Foram aprovados 43 Assistentes nível I distribuídos nas seguintes áreas: Fonoaudiologia 06; Comunicação Social 05; Computação 04; Engenharia de Produção e Enfermagem 03; Turismo, Letras Estrangeiras, Terapia Ocupacional, Engenharia Química, Engenharia Mecânica, Secretariado Executivo, Relações Internacionais, Música e Fisioterapia 02 homologações para cada; Dança, Sistema de Informação, Física, Teatro com 01 homologação para cada Departamento citado.

Com relação ao cargo de Adjunto nível I, constatei 94 homologações distribuídas para os mais diversos departamentos e campi, sendo Geologia e Ecologia com 06 homologações; Farmácia, Engenharia Agrícola e Fisioterapia 05; Engenharia de Materiais 04; Engenharia Química, Odontologia, Comunicação Social, Nutrição, Fonoaudiologia, Biologia, Zootecnia e Letras Vernáculas com 03 aprovações homologadas cada; Psicologia, Química, Matemática, Medicina Veterinária, Medicina, Engenharia dos Alimentos, Engenharia de Pesca, Engenharia Ambiental e Relações Internacionais com 02 homologações cada; Fisiologia, Educação Física, Filosofia, Física, Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais e Design, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Computação, Engenharia Mecânica, Ciência da Informação, Engenharia Florestal, Arqueologia, Administração, Biociência, Teatro, Letras Estrangeiras, Ciências Contábeis e Arqueologia com 01 homologação para cada departamento citado.

Vale destacar a aprovação de dois cargos para auxiliares, sendo um para o Núcleo de Museologia e outro para Medicina de São Cristóvão. Como já indiquei mais acima, há condições especiais para publicar vaga com exigência de título de especialista. No caso de Museologia é possível inferir a pouca oferta de programa de pós-graduação nesta área de concentração e sua localização geográfica concentrada no sul e sudeste do



Brasil. Mas a mesma justificativa não vale para o curso de Medicina, no entanto, comentarei mais adiante visto que essa situação irá se repetir nos próximos editais.

Finalmente, no ano de 2013 foram publicadas as homologações dos Editais de N° 003, 006, 012, 014, 015, 019, 022, 026, 028 e 031. Nesse conjunto foram aprovados e homologados **17 Auxiliares de ensino**<sup>29</sup>, 43 Assistentes I e 50 Adjuntos I.

O destaque deve-se ao fato de serem 13 Auxiliares aprovados para assumir atividades de ensino para o curso de Medicina em Lagarto, já que não se espera que um auxiliar realize pesquisa. Mas porque o curso de Medicina contou com essa facilidade? Será que fora comprovada a ausência de titulação mais elevada. Por ora, é possível apenas esses questionamentos, pois as verdadeiras razões só podem ser reveladas em minucioso estudo de cada publicação dos referidos editais e do processo do concurso decorrente.

Os Departamentos Música, Engenharia Mecânica, Engenharia Industrial e Ciências Contábeis homologaram 01 Auxiliar aprovado para as respectivas lotações. Assim como Museologia, também são áreas com maior fragilidade de oferta de cursos de pós-graduação na região nordeste.

Com relação aos Assistentes I, foram homologadas 43 aprovações distribuídas pelos seguintes Departamentos: Engenharia Elétrica, Administração e Arquitetura e Urbanismo 04 homologações para cada; Ciência da Informação, Fonoaudiologia, Nutrição, Fisioterapia e Terapia Ocupacional 03; Dança, Artes Visuais e Design, Museologia, Farmácia, Medicina 02; Educação em Saúde, Serviço Social, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Morfologia e Música com 01 homologação para cada.

As homologações para Adjuntos I contabilizaram 50, assim, distribuídas: Odontologia 04; Fonoaudiologia, Engenharia Ambiental e Educação em Saúde 03; Nutrição, Museologia, Geologia, Engenharia de Materiais, Letras Vernáculas, Morfologia, Química e Engenharia Agrícola com 2 homologações para cada curso; Administração, Estatística e Ciências Atuariais, Comunicação Social, Fisiologia, Ciência da Informação, Geografia, Matemática, Computação, Engenharia Química, Educação Física, Nutrição, Psicologia, Medicina, Engenharia de Produção, Ciência da Religião, Ciências Sociais, Direito, Farmácia, Comunicação Social, Computação e Filosofia com 01 homologação lotada em cada Departamento citado.

Depois dessa longa descrição, há considerações a se fazer no sentido de verificar as razões da ampliação do quadro docente e, como já fora dito, levantar questões pertinentes a outras pesquisas.



## Considerações finais

De modo geral, observo que Campus de São Cristóvão<sup>30</sup> é, esmagadoramente, o mais contemplado em todos os Editais publicados e homologados, em todos os anos. O que o coloca em vantagem com relação aos demais campi mais recentemente criados. À primeira vista, parece justificável por ser o campus que congrega maior número de cursos, no entanto, a vantagem em relação a outros campi é muito significativa, o que faz pensar na relação centro/periferia no interior da própria IES, onde um campus se sobrepõe ao outro nos investimentos políticos e financeiros. Em seguida, observo que o Campus de Itabaiana<sup>31</sup>, o primeiro a ser criado no interior do Estado e que, por isso, permitiu maior participação nos Editais com relação aos campi de Lagarto<sup>32</sup> e, por fim, o de Laranjeiras<sup>33</sup>.

Em 2011, a participação do Campus de Lagarto começa a se intensificar e, praticamente, foi possível montar os Núcleos dos cursos da área de saúde previstos para o seu funcionamento. A análise das homologações dos Editais de 2011, confirmam a participação do campus de Lagarto com 6 (seis) homologações igualmente distribuídos em ambos os cargos. Apesar desse dado, o Campus de São Cristóvão continua superando em número de homologações de concursos seguido dos demais campi.

Em 2012 o Campus de Lagarto, novamente, amplia sua participação em número de aprovação em ambos os cargos. Laranjeiras e Itabaiana também apresentam aprovações, mas de maneira mais discreta continuando a soberania do campus de São Cristóvão. E em 2013, merece destaque o fato da homologação de 13 Auxiliares para o curso de Medicina. Como já foi dito mais acima, trata-se de uma área de tradição acadêmica com oferta de programas de pós-graduação no nordeste e todo território nacional que não justificaria a contratação de cargo de Auxiliar de ensino. Considerando que é o Campus mais recente, parece que os arranjos imediatistas para montar o quadro docente se impuseram à necessidade do ensino, pesquisa e extensão.

Vale ainda, trazer a análise de Béssa Léda e Mancebo<sup>34</sup> sobre a política pública do REUNI e de seus rebatimentos no trabalho docente, que alerta ao fato da palavra “pesquisa” não aparecer uma única só vez no Decreto que institui o Reuni. É de se estranhar que tamanha força de crescimento do quadro docente universitário tenha sido acionada apenas para realizar

30 Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 1987.

31 Campus Prof. Alberto Carvalho, 2006.

32 Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, 2010

33 Campus de Laranjeira, 2008.

34 BESSA LÉDA, D.; MACEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. In *Educação & Realidade*, vol. 34, nº 1, jan-abr., 2009.



ensino e extensão na vida universitária. Há de se verificar com muito rigor a orientação da política acadêmica no que diz respeito a trajetória dos antigos e recentes professores da UFS.

Por fim, esse detalhado levantamento abre um leque de possibilidades de novas pesquisas sobre as novas configurações do quadro docente da UFS atual. Como por exemplo, as estruturas acadêmicas da UFS também se transformaram para receber esse conjunto de mestres e doutores nas atividades de ensino, pesquisa e extensão de modo equiparado para todas as áreas do conhecimento? Quais as trajetórias desses vários docentes? Como se constituíram como professores e pesquisadores na atual UFS? Na estrutura da sociedade capitalista periférica brasileira e sergipana, como é possível convencer docentes e pesquisadores a se dedicarem à formação da comunidade acadêmica da UFS? Como incentivá-los com políticas efetivas para a afirmação de seus potenciais, como também o próprio sistema acadêmico, com inegáveis contribuições à conquista da autonomia científica brasileira? Por fim, em que medida a UFS, através de seus docentes, incide no desenvolvimento da sociedade e cultura sergipanas a partir da formação de seus estudantes e da produção e divulgação do conhecimento?

São questões, que do meu ponto de vista, merecem novos estudos para compreender o status epistemológico desta IES e possibilitar novas análises para verificar se é possível continuar as pistas de Weber. Ele percebe as transformações operadas na formação do *Privatdozent* para o *Assistent* como um avanço da empresa capitalista na condução da ciência e a proletarização na hierarquia institucional das cátedras universitárias. Cabe, agora, aos pesquisadores da educação superior brasileira e sergipana investigar se as atuais políticas do sistema federal de educação superior, estão operando novas transformações no perfil do cientista ou se continuaremos a repetir o refrão de que Deus é um cara gozador!



